



## CÂMARA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL

Protocolado em: MC - 30/2021 05/10/2021 08:47	DISPONIBILIZADO EM: 05/Outubro/2021	APROVADO POR UNANIMIDADE NA SESSÃO DE: 07/10/2021
--	--	--

### MOÇÃO nº 30/2021

**MOÇÃO DE APOIO ao Projeto de Lei Complementar (PLP) nº. 16/21, de autoria do Poder Executivo Federal, que unifica em todo o País as alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidentes sobre os combustíveis.**

Senhor Presidente,  
Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores,

Os vereadores que a presente subscreve, observadas as normas regimentais, propõem Moção de Apoio ao Projeto de Lei Complementar (PLP) nº. 16/21, de autoria do Poder Executivo Federal, que unifica em todo o País as alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidentes sobre combustíveis. A lista inclui gasolina, diesel, biodiesel, etanol e gás natural e de cozinha, além de vários outros derivados do petróleo.

A proposta em tramitação na Câmara dos Deputados prevê que a cobrança será no local de consumo final. As alíquotas poderão variar conforme o produto e serão definidas depois pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), que reúne os secretários da Fazenda dos 26 estados e do Distrito Federal.

O ICMS é um tributo de natureza estadual. Atualmente, o imposto é recolhido em geral na origem, e as alíquotas são diferentes nos estados e no Distrito Federal. Variam também conforme o tipo de produto na média das regiões metropolitanas, são de 14% para o diesel e 29% para a gasolina, por exemplo.

Apresentado ainda em fevereiro, no auge das ameaças de novas greves nacionais por grupos de caminhoneiros, a proposta é mais uma tentativa do governo federal de tentar reduzir a volatilidade dos reajustes em um ano em que os aumentos foram especialmente fortes e que o preço do diesel, da gasolina e do etanol bateram recordes nas refinarias e nas bombas.

A principal mudança é que, em vez de ser cobrado em uma porcentagem do preço (que



## CÂMARA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL

hoje varia de 25% a 34% na gasolina, por estado), o ICMS passe a ter um valor fixo, em reais. O projeto também quer que o valor cobrado seja igual em todos os estados hoje cada estado define a sua alíquota.

Além disso, a cobrança passaria a ser feita nas refinarias, que são quem produzem os combustíveis, de maneira a driblar a bitributação. Atualmente, o ICMS é aplicado nos postos, e acaba incidindo sobre os outros impostos (PIS, Cofins e a Cide), pagos nas etapas anteriores.

O valor do novo ICMS não está definido no projeto, e o governo federal nem pode arbitrar sobre ele, já que é um tributo da alçada dos governadores. A cobrança final seria definida depois de a lei ser aprovada, em conjunto com os estados. No ano passado, o ICMS custava, em média, pouco mais de R\$ 1,20 por litro no caso da gasolina no posto, ou pouco menos de 30% do preço total, de acordo com a Agência Nacional do Petróleo (ANP).

O ICMS é, de fato, um dos maiores pesos no preço final do combustível na bomba. Na gasolina, por exemplo, responde por 28% do valor, em média. É quase o mesmo que o preço da própria gasolina, a matéria-prima que sai da refinaria e que representa 30% do valor total. Pouco mais de 40% restantes embutem os outros impostos, custos, fretes, uma mistura obrigatória de etanol e as margens de lucro das empresas.

"A proposta contribui com os debates que buscam alcançar maior estabilidade no preço dos combustíveis, cuja oscilação demasiada tem gerado problemas a diversos setores, especialmente os caminhoneiros autônomos", disse o ministro da Economia, Paulo Guedes, na exposição de motivos que acompanha o texto.

"O projeto não ocasiona renúncia de receitas dos estados e do Distrito Federal, que mantêm plena autonomia para fixar as alíquotas em montantes que garantam a manutenção dos patamares de arrecadação", continuou Guedes.

O Projeto de Lei Complementar (PLP) nº. 16/21 está na iminência de entrar em votação junto ao Congresso Nacional, e neste sentido, é de fundamental importância que a Câmara de Vereadores de Caxias do Sul se posicione favoravelmente à proposição, por meio desta.

Contando com o apoio e aprovação da presente Moção de Apoio, pelos nobres pares, solicitamos que a mesma seja enviada para o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Arthur Lira (PP/AL), para o Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, Deputado Júlio César (PSD/PI), para a Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados, Deputada Bia Kicis (PSL/DF), para todos os Deputados Federais do Rio Grande do Sul, para o Presidente da Assembleia Legislativa do RS, Deputado Gabriel Souza (MDB), para o Governador do Estado do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), para o Presidente do Senado Federal, Senador Rodrigo Pacheco (DEM/MG) e os Senadores do Rio Grande do Sul, Luiz Carlos Heinze (PP), Paulo Paim (PT) e Lasier Martins (PSD) e ao Ministro da Economia, Paulo Guedes.

Caxias do Sul, 05 de Outubro de 2021; 146º da Colonização e 131º da Emancipação Política.



CÂMARA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL

---

ADRIANO BRESSAN (Autor)

**Vereador - PTB**

ALEXANDRE PRESTES BORTOLUZ

(Autor)

**Vereador - PP**

CLOVIS DE OLIVEIRA (Autor)

**Vereador - PTB**

FELIPE GREMELMAIER (Autor)

**Vereador - MDB**

GLADIS FRANCESCHETTO FRIZZO

(Autora)

**Vereadora - MDB**

MAURÍCIO BEDIN MARCON (Autor)

**Vereador - S/P**

MAURÍCIO FERNANDO SCALCO (Autor)

**Vereador - NOVO**

OLMIR CADORE (Autor)

**Vereador - PSDB**

RICARDO DANELUZ NETO (Autor)

**Vereador - PDT**

SANDRO LUIZ FANTINEL (Autor)

**Vereador - PATRIOTA**

TATIANE FRIZZO (Autora)

**Vereadora - PSDB**

WAGNER PETRINI (Autor)

**Vereador - PSB**